

PORAS ENTREABERTAS: EXERCÍCIO ETNOGRÁFICO DE OBSERVAÇÃO DO PRIMEIRO CASAMENTO COLETIVO NO PRESÍDIO REGIONAL DE PELOTAS

AMANDA DIAS WINTER¹; FRANCISCO LUIZ PEREIRA DA SILVA NETO²

¹*Universidade Federal de Pelotas – winteradias@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – francisco.fpneto@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

A observação etnográfica aqui apresentada é o trabalho final da disciplina de Teoria Antropológica II e tem como objetivo analisar e interpretar os fenômenos rituais observados no primeiro Casamento Coletivo realizado no Presídio Regional de Pelotas, relacionando-os com os conceitos e teorias que constituem a tradição antropológica britânica. A realidade carcerária brasileira se tornou um assunto caro a mim com a realização de pesquisas propostas em disciplinas de semestres anteriores, como a cartografia dos trajetos realizados por mulheres visitantes do presídio e a manifestação de suas personalidades, no trabalho “Idiossincrasias do Cotidiano: um exercício de observação etnográfica das visitas no Presídio Regional de Pelotas” e “Entre grades: travestilidade dentro do Presídio Regional de Pelotas”, no qual se busca compreender a construção de pessoa e expressão de gênero, em específico as travestis, no sistema carcerário. Pretendo então, neste trabalho, dar continuidade à tentativa compreensão do presídio como Instituição, das vidas que ali habitam e das dinâmicas por elas produzidas.

2. METODOLOGIA

O presente exercício etnográfico apreende minha experiência como observadora do Primeiro Casamento Coletivo realizado em uma prisão no Rio Grande do Sul. A metodologia utilizada para a realização dessa pesquisa foi a de observação participante. O “estar lá”, segundo Malinowski (1986), permite que o antropólogo observe e descreva comportamentos, costumes e crenças para assim entender a lógica que rege determinado grupo. O diário de campo, gravador e câmeras fotográficas são ferramentas que auxiliam na construção da pesquisa, entretanto, o rigor das normas para o ingresso nos estabelecimentos prisionais me impediu de utilizar este aporte técnico.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Casamento Coletivo no Presídio Regional de Pelotas (PRP), ocorreu no pátio interno do estabelecimento prisional, promovido pela Prefeitura de Pelotas, por meio da Secretaria de Assistência Social (SAS) e do Projeto Ronda da Cidadania do Foro da Comarca de Pelotas. Segundo o site da Prefeitura de Pelotas, as Rondas da Cidadania são uma realização do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e

constituem feiras de serviços de utilidade pública, que buscam garantir a inclusão social e o amparo integral da justiça à parcela da população carente, gratuitamente. Os casamentos coletivos têm por objetivo garantir uma maior proteção à família, seja em razão das garantias que a legislação oferece ao casamento, seja em decorrência da preparação e das orientações jurídicas, sociais e psicológicas que são propiciadas aos noivos e noivas pelo projeto. As cerimônias de casamento coletivo ocorrem na cidade de Pelotas há 17 anos, contanto, a realização da cerimônia no interior do PRP ocorreu de forma inédita no dia 03/12/2018. O primeiro contato para a realização desta etnografia, se deu via e-mail com o juiz da Vara de Execuções Criminais Regional, Marcelo Malizia Cabral que, prontamente, autorizou minha participação como observadora da cerimônia. O contato e inserção no meio prisional, desde o interesse e projetos prévios se demonstrou - até então - difícil e infrutífero. Nessa ocasião, a entrada no PRP se deu de maneira fácil e rápida; após apresentar meus documentos e autorização, pude pela primeira vez, ter acesso à área interna da penitenciária. Todos meus pertences como câmera e gravador, que levava para registrar o trabalho de campo, porém, ficaram retidos na portaria do PRP. Essa facilidade de entrada se deu, segundo a servidora responsável, pelo relaxamento das normas que a realização do Casamento Coletivo proporcionou. Aqui, pode-se notar, uma suspensão momentânea das estruturas estabelecidas em condições cotidianas a favor da realização de um ritual. No pátio interno feminino, onde ocorreria em breve a cerimônia de casamento coletivo, um longo tapete vermelho se estendia até um altar improvisado que foi montado para oficializar a união dos casais. Ao lado desse altar, além de uma mesa de lembranças preparadas para os recém-casados podia-se ler, inscrito na parede: " Embora ninguém possa voltar atrás e fazer um novo começo, qualquer um pode começar agora e fazer um novo fim". A questão de reinserção e ressocialização foram tópicos abordados e reforçados em todos os discursos que precederam a oficialização das uniões dos noivos e noivas ali presentes. O juiz Marcelo Malizia Cabral destacou que a lei não autoriza que os detentos sejam privados de nada além da liberdade enquanto cumprem pena e que todos ali merecem "viver bons momentos, com acesso à saúde, educação, profissionalização e amor". A prefeita da cidade de Pelotas; Paula Mascarenhas, também presente, ressaltou a importância de segundas chances e de um olhar mais humanizado às pessoas em situação de cumprimento de pena, destacando a possibilidade de "uma nova vida ao sair daqui" e o casamento como uma oportunidade de "aumentar os laços de amor e carinho". No mesmo ambiente onde a estrutura da cerimônia foi construída, do lado oposto, pode-se observar pequenas janelas gradeadas. Algumas delas são tapadas com cobertores, em outras podemos ver ventiladores, roupas e utensílios de cozinha integrando o ambiente. Essas são as janelas das celas do pavilhão feminino. Nenhuma das mulheres detidas no PRP participou do Casamento Coletivo, apenas detentos receberam suas noivas em situação de liberdade para a realização da cerimônia. As vozes vindas das celas e o som do rádio, alheios à atmosfera de celebração que acontecia no pátio nos lembavam constantemente que – apesar do momento de ação ritual – a realidade do cárcere ainda estava presente. Ao me

colocar nesse campo pude, também pela primeira vez, me confrontar com uma situação muito importante do fazer etnográfico: a perspectiva de que ao realizar uma observação; descrevê-la, significa-la, o mesmo processo está sendo realizado pelos interlocutores. Minha autorização de acesso ao Presídio Regional de Pelotas se limitava apenas à condição de observadora. Eu não estava autorizada a registrar imagens ou ter qualquer contato com os detentos envolvidos na cerimônia. Em busca desses registros, conversei com servidores do PRP: a psicóloga – que fotografava o Casamento – agentes carcerários, assistentes sociais e o conselheiro prisional, sempre sendo questionada o porquê da minha presença ali. Na obra de Victor Turner, os Ritos de Passagem indicam e constituem transições entre estados (TURNER, 2005). Nesse caso específico de observação da cerimônia de Casamento Coletivo no Presídio Regional de Pelotas é possível apreender os estágios de separação, margem e agregação propostos por Turner em diversos elementos que combinam o ritual do matrimônio e a posição dos noivos enquanto indivíduos em cumprimento de execução penal. A penitenciária pode ser considerada, além de uma estrutura e forma de vida social, também, um espaço físico da liminaridade, uma “área de ambiguidade social”, onde o apenado é privado da liberdade e colocado em um estado de suspensão da sua identidade, ao mesmo passo que, no papel de “noivo” o mesmo indivíduo ocupa uma nova posição na estrutura social observada. Há também na obra de Turner, além do conceito de liminaridade, a proposta de uma ruptura das distinções hierárquicas que na vida cotidiana separam os que desempenham funções públicas (LEACH, 2000). O estabelecimento dessa “antiestrutura” se concretiza em diversos momentos da realização do ritual observado. A cerimônia foi dividida em três etapas, totalizando 9 casais que oficializavam a união perante uma juíza de paz e dois oficiais do cartório da 2ª Zona Civil de Pelotas. Diante de testemunhas como o juiz Marcelo Malizia Cabral; a prefeita Paula Mascarenhas, a diretora do PRP; secretários de Segurança Pública e Assistência Social; pelo comandante da Guarda Municipal; pelo delegado regional penitenciário e representantes da Brigada Militar, OAB e Consepro, dois casais se encaminharam até o altar, trocaram alianças e votos, tiraram fotos, receberam as lembranças providenciadas pela organização e, então, deixaram o pátio. Na etapa seguinte, o único casal formado por ambos detentos – Michaela e Daniel – passou pelas mesmas etapas do ritual. Michaela, ou Mimi, é uma detenta que se auto identifica como travesti, porém, está alocada na Ala masculina, onde conheceu seu atual companheiro. Trajando um vestido branco, sapatos de salto alto e carregando seu buquê de flores, assim como as demais noivas, Mimi – no momento de legalizar seu matrimônio - foi chamada por seu nome civil original, Michael. Ao indagar duas assistentes sociais que me acompanhavam, ambas responderam que a mesma não havia entrado com o processo de nome social e também relataram que há resistência entre alguns servidores em trata-la conforme sua identidade de gênero, considerando-a um homem. A terceira e última etapa da cerimônia contou com seis casais. Sentados em frente à juíza de paz, todos, em conjunto, ouviram os discursos da Prefeita Paula e do Juiz Marcelo - sempre reiterando a importância da formação de laços afetivos para a reinserção à

sociedade - disseram “sim” e retornaram; os homens ao cárcere e as mulheres às suas vidas em liberdade, agora na condição de marido e esposa.

4. CONCLUSÕES

A ressignificação do espaço do cárcere, as vestimentas usadas pelas noivas e noivos, a presença de figuras públicas importantes na cidade de Pelotas; são todos elementos que confirmam o fenômeno ritualístico ocorrido na cerimônia de Casamento Coletivo no PRP. Segundo as propostas teóricas de Victor Turner, esses elementos – pela ação - tem o poder catalizador de mudança nas estruturas sociais. Com isso, concluo esse exercício com a concepção de uma pequena mudança na perspectiva da vida na prisão: a de uma vida e de relações também pautadas pela esperança e pelo amor.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- TURNER, Victor. **O processo ritual: estrutura e antiestrutura**. Petrópolis: Vozes, 1974.
- TURNER, Victor. Introdução. In: **Floresta de símbolos: aspectos do ritual Ndembu**. Niterói: Ed. UFF, 2005.
- MALINOWSKI, Bronislaw. A coleta e a interpretação dos dados empíricos. In: DURHAM, Eunice Ribeiro. **Malinowski: antropologia**. São Paulo: Ática, 1986
- MALINOWSKI, Bronislaw. Introdução: o assunto, o método e o objetivo desta investigação. In: DURHAM, Eunice Ribeiro. **Malinowski: antropologia**. São Paulo: Ática, 1986
- LEACH, Edmund R. (2000). **Once a knight is quite enough: como nasce um cavaleiro britânico**. Mana, 6(1), 31-56